

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
Av. Comendador Calça, 1399, Poço, Maceió-AL, CEP 57025-640
Fone: (82) 3315-2889/Fax: (82) 3315-2875

RELATÓRIO DO II ENCONTRO ESTADUAL PARA A II CONFERÊNCIA
NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

MACEIÓ-AL
2008

Teotônio Vilela Filho
Governador do Estado de Alagoas

José Wanderley Neto
Vice-governador do Estado de Alagoas

Maria Cristina Rodrigues Nolasco
Secretária de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social

Juliana Vergetti
Secretária Adjunta do Estado da Assistência e Desenvolvimento Social

Arabella Janne Mendonça da Silva
Superintendente de Assistência Social

II ENCONTRO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de 2008, às 09:00 hs, no Centro de Cultura e Exposições de Maceió – Centro de Convenções, foi dado início ao II Encontro Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Estado de Alagoas com o tema “Inclusão, participação e desenvolvimento – um novo jeito de avançar”. Na ocasião foram discutidos três eixos principais: educação e trabalho, saúde e reabilitação profissional e acessibilidade, bem como na realização de eleição para escolha de delegados para o II Encontro Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência a ser realizado nos dias 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2008, em Brasília.

Para composição da mesa foram convidados a Sr^a. Maria Cristina Rodrigues Nolasco (Secretária de Assistência Social de Alagoas), o Sr^o Janilton Lima (Representante do CONADE), a Sr^a. Radjane Batista (Representando o COEGEMAS), o Sr^o Radjalma Lima (Diretor do Núcleo de Apoio a Pessoa com Deficiência da Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos).

Após a abertura do Evento pela Secretária de Assistência Social, Sr^a Cristina Nolasco, foi desfeita a mesa e foi dado início a palestra do Sr. Rady Lima (Diretor do Núcleo da Pessoa Portadora de Deficiência da Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos), que enfatizou a questão da Acessibilidade. Na oportunidade, o Sr. Rady Lima iniciou a sua fala que cerca de 92% dos amputados que receberam próteses não as utilizam por falta de treinamento de reabilitação bem como ressaltar a importância do acesso e conhecimento das legislações existentes voltadas à pessoa com deficiência como suporte legal de reivindicação de seus direitos. Em sua apresentação, houve destaque para o Decreto Nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que trata sobre a Acessibilidade. Além disso, definiu o que vem a ser acessibilidade. Ele expôs ainda a relação entre deficiência, incapacidade e desvantagem, onde esses 03 (três) elementos encontram-se interligados. Ressaltou, ainda, os tipos de barreiras que estão definidas no Decreto acima mencionado. Nessa perspectiva, o Sr. Rady Lima

ressaltou que os Conselhos, em todos os níveis, bem como as organizações da sociedade civil, possuem caráter reivindicatório, no sentido de exigir a efetivação da acessibilidade, ao mesmo tempo lembrou que a acessibilidade não se limita a pessoa com deficiência, mas a todas as pessoas com dificuldade de mobilidade (crianças, gestantes, idosos). O Decreto se expande ao afirmar a prioridade de atendimento a pessoa com deficiência na prestação de qualquer serviço. O Decreto ainda prevê o atendimento à altura da condição específica da pessoa com deficiência, bem como a adequação dos projetos arquitetônicos, nos quais os mesmos devem respeitar a referida legislação. Fez menção ainda em relação aos direitos das pessoas com deficiência auditiva, visual e múltipla. Colocou também que o decreto estabelece a divulgação em lugar visível da existência de pessoa com deficiência em um determinado lugar. Destacou que o cão-guia para deficientes visuais é um direito assegurado no decreto. Ressaltou ainda que todos podem ter acesso a esse Decreto e outros pertinentes a pessoa com deficiência para que os direitos dessas pessoas possam ser efetivados. O palestrante durante a sua fala expôs algumas fotos demonstrando o (des) respeito a esse Decreto. O Srº Rady Lima encerrou sua palestra às 11:41 hs se colocando a disposição de todos no que se refere às informações pertinentes a Pessoa com Deficiência.

Após o encerramento da palestra do Sr. Rady Lima, iniciou-se a palestra da Srª Amara Lúcia que tratou sobre a Educação Inclusiva.

A palestrante informou que a educação inclusiva é “processo onde professores, escolas e sistemas escolares adaptam-se para oferecer uma educação de qualidade para TODOS e com TODOS, baseado no princípio de que a diversidade não só é aceita como desejada”.

Ela abordou também os princípios norteadores da inclusão, bem como os entraves para inclusão no mercado de trabalho e informou o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte em conjunto a Gerência de Educação Especial, ao Centro Wandette e a Escola de Cegos Cyro Accioly.

Às 13:00 hs foi dado início a palestra da Drª Paula Karinne (médica perita do INSS/Maceió-AL) cujo temática abordou saúde e reabilitação profissional.

Na oportunidade, a Drª Paula ressaltou a seriedade do trabalho, abordando os serviços prestados pelo INSS em caráter obrigatório, tendo por amparato legislativo o Art. 136, decreto nº 3.048/99, bem como o artigo 31 do decreto nº 3.298/99, que o define como um “processo orientado a possibilitar que a pessoa com deficiência, a partir da identificação de suas potencialidades laborativas, adquira o nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso e reingresso no mercado de trabalho e na vida em comunidade”.

A Dr^a Paula destacou que o “segurado em gozo de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez está **obrigado**, independentemente de sua idade e sob pena de **suspensão** do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da providência social, **processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado** e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos”.

A reabilitação profissional, segundo a médica perita do INSS, atua na **avaliação** (de perdas e restrições funcionais); **definição** (das potencialidades e habilidades); **busca** de condições de readaptação do segurado na empresa de vínculo; **orientação** de escolhas conscientes de nova função/atividade; **encaminhamento** para o preparo profissional através de recursos disponíveis na comunidade; **acompanhamento** do programa de reabilitação profissional desenvolvido pelo segurado.

Ainda segundo a Dr^a Paula Karinne, a ordem de prioridade de concessão da reabilitação profissional do INSS é destinada para o beneficiário em percepção de auxílio doença; aposentado por tempo de contribuição; aposentado por invalidez; beneficiário sem carência para o auxílio doença; dependente pensionista inválido; dependente maior de 16 anos portador de deficiência; pessoas com deficiência sem vínculo com a Previdência Social (através de convênio de cooperação técnico-financeiro).

De acordo com a palestrante supracitada, a equipe de reabilitação profissional é formada por **médico perito** e **orientador profissional** que desenvolvem as funções básicas de reabilitação profissional.

Após esses esclarecimentos, foi encerrada a palestra acerca de saúde e reabilitação profissional, dando, portanto, início ao debate com o questionamento do Sr. Pedro da Silva Pereira (Associação dos Cegos de Alagoas – ACAL) sobre o quantitativo informado pela Sr^a Amara Lúcia (Secretaria de Estado da Educação e do Esporte) que, ao seu tempo, informou que os dados foram repassados pela gestão da Escola de Cegos.

O Srº Janilton Lima (Representante do CONADE) coordenou a mesa de abertura para leitura do Regimento Interno, bem como a eleição dos delegados.

Eleição para Delegados:

Município	Instituição	Delegado
Água Branca	CREAS	Kerlyne C Montenegro Maciel Paiva
Arapiraca	CEMFRA	Myrka Lúcia Barbosa
Atalaia	SEMAS	Micheline Maria Silva Machado
Delmiro Gouvêia	ADEFIDEG	Valfrânia de Souza Santos
Ibateguara	Sociedade Civil Representante dos deficientes físicos	Francisco Manoel da Silva
Maceió	Associação Pestalozzi	Neuza Maria Scorlegogna de Almeida
Maceió	Família Alagoana Down	Walikiria Lucia Lins de Araújo
Maceió	ADEFAL	João Ferreira Lima
Maceió	ASAL	Juliana Luciana de Melo Nascimento
Maceió	SEMAS	Danielle Kristtane Alécio Vertuoso Vieira
Maceió	SEADES	Ana Cristina de Amorim Leão
Maceió	Secretaria de Educação	Amara Lúcia Coelho de Azevedo
Maceió	Secretaria da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos	Rady Lima
Maceió	ACAL	Pedro da Silva Pereira
Major Izidoro	CAPS (Secretaria Municipal de Saúde)	Jadileide Pereira dos Santos
Maragogi	Prefeitura Municipal de Maragogi	Ednilson Barbosa da Silva
Olho D'Água das Flores	ADEFAL	Cleudevan Barbosa Abreu
Porto Real do Colégio	Secretaria de Assistência	José Marcos Ramos da Silva
São Miguel dos Campos	ADEFSMIC	Maurício Faustino dos Santos
Ouro Branco	Associação dos Deficientes Físicos	Helena Rodrigues Lima Silva

Eleição para Suplentes:

Município	Instituição	Suplente
Maceió	ACAL	Roberto Freire de Araújo
Maceió	SEE	Rita Cássia de Oliveira Cotrim
Santa Luzia do Norte	CRAS	Janaína Miranda Barbosa
Arapiraca	CRAS	Graciele Oliviera Faustino
Batalha	ADEFIB	Valéria Freitas Campos de Almeida
Campo Alegre	ADEFICAL	Rejane Bispo dos Santos
Campo Alegre		Claudionor Rocha
Capela	Casa de Apoio ao Deficiente	Gilvane Pinto da Silva
Coruripe	Fisioterapeuta	Maruflane Lima Ismael dos Santos
Maceió	AAPPE	Laura Ferreira da Silva
Maceió	FEDEFAL	Silvia de Souza Campos
Maceió	ADEFIM	Gardência Candido da Silva
Maceió	PAM - Salgadinho	Antonio Fernando Silva Xavier Júnior
Maceió	SEADES	Rosangela Martins Mendes da Cunha
Maceió	Assista	José de Souza
Novo Lino	CRAS	Daniella Ferreira dos Santos
Olho D'Água das Flores	CRAS	Alcione Patrícia Melros de Oliveira Rios
Ouro Branco	Associação dos Deficientes	Helena Rodrigues Lima Silva
São Luiz do Quitunde		Ediseldo dos Santos Almeida

Instituições presentes: ADEFAL, Associação dos Deficientes Físicos de Maceió, Federação das Associações Pestalozzi de Alagoas, Associação de Pais e

Amigos do Autista – Assista, Associação de Cegos de Alagoas – ACAL, Secretaria Municipal de Assistência de Maceió – SEMAS, Família Alagoana Down, Fundação Casa do Especial – FUNCAE, Associação dos Surdos de Alagoas – ASAL, Associação de Amigos e Pais de Pessoas Especiais – AAPPE, Sinteal, Sesau, Prodefal, Hemofílicos, Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES, Casa de Adoção, Centro de Nefrologia de Maceió – Cenefrom, Hemoal, Cemfra, Faspeal, Secretaria de Educação, SEG, Gepsojur/UFAL, Conade, Secretaria Municipal de Assistência Social de Porto de Pedras, Secretaria Municipal de Assistência Social de São José da Tapera, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José da Tapera, Municipal de Assistência Social de Monteopolis, Municipal de Saúde de Coruripe, Secretaria Municipal de Assistência Social de Feira Grande, Secretaria Municipal de Assistência Social de Atalaia, Secretaria de Educação e Esporte, Secretaria Municipal de Assistência Social de Atalaia, Secretaria Municipal de Assistência Social de Viçosa, Secretaria Municipal de Assistência Social de Anadia, Secretaria Municipal de Assistência Social de Coqueiro Seco, Secretaria Municipal de Assistência Social de Chã Preta, Secretaria Municipal de Assistência Social de Poço das Trincheiras, Secretaria Municipal de Assistência Social de Tanque D´Arca, Secretaria Municipal de Assistência Social de Matriz de Camaragibe, Secretaria Municipal de Assistência Social de Rui Palmeira, Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Alegre, Secretaria Municipal de Assistência Social de Maragogi.

O evento teve término às 20:00 hs com a finalização da apresentação dos grupos temáticos.

PROPOSTAS CONDENSADAS DO II ENCONTRO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EDUCAÇÃO E TRABALHO

DIFICULDADES

1. Ausência: de profissionais capacitados, de recursos didáticos, de estrutura física adequada nas instituições de ensino;
2. Pessoas com deficiência sem qualificação profissional;
3. Ausência de transporte adaptado nos municípios do interior e insuficiência na capital;
4. Preconceito e isolamento da pessoa com deficiência ocasionadas pela falta de acesso às políticas públicas;
5. Fragilidade dos vínculos familiares e comunitários;
6. Número reduzido de escolas em condições de atender a diversidade;
7. Concessão da carteira de transporte municipal e intermunicipal.
8. Falta de profissionais em LIBRAS e BRAILLE;
9. O não reconhecimento do intérprete e instrutor de LIBRAS como profissional.

ESTRATÉGIAS

1. Implantar núcleos profissionalizantes, para as regiões adequadas ao atendimento à diversidade;
2. Implantação e estruturação de salas de recursos, em todos os municípios de alagoas;
3. Garantir o acesso à educação das pessoas com deficiência através de capacitação constante de educadores e pessoal de apoio;
4. Implantação de programas sócio-familiares, nas escolas para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários através de palestras, reuniões e serviços socioeducativos entre família e comunidade;
5. Implantação de programa de formação continuada para professores de educação Básica para atendimento escolar à pessoa com deficiência e altas habilidades;
6. Criação nas escolas de tempo integral com extensão à cursos profissionalizantes;
7. Adequação a educação de jovens e adultos, para atender cada especificidade;
8. Incluir a questão dos direitos da pessoa com deficiência e dos direitos humanos como temas transversais no currículo escolar;

9. Divulgação dos direitos da Pessoa com deficiência, nos diversos meios de comunicação;
10. Ampliação da inclusão digital na área da educação para pessoas com deficiência e profissionais da educação;
11. Atuação do profissional de educação física adaptada nas unidades de ensino;
12. Criação de um Projeto de Lei que regule o aumento do percentual específico para pessoas com deficiência em concursos públicos e empresas em geral;
13. A garantia por parte dos municípios em relação à acessibilidade nas escolas;
14. Trabalhar projetos de inclusão social;
15. Ampliação de educação inclusiva e questões pertinentes à pessoa com deficiência nos currículos dos cursos de graduação;
16. Garantia da adaptação de mobiliário e tecnologia assistiva nas escolas;
17. Garantir a inserção, na escola de equipe multiprofissional, facilitando a inclusão, a participação, o acompanhamento dos alunos e da família, como também do corpo docente;
18. Trabalhos educativos com o objetivo de eliminar barreiras atitudinais;
19. Implantação de programas de educação profissional nas etapas de avaliação, preparação para o trabalho, qualificação e habilitação profissional e inserção no mercado de trabalho;

20. Divulgação do BPC e Pró-Jovem Adolescente nas escolas;
21. Unificação das carteiras de transporte, para que seja válida em território nacional; (tema acessibilidade)
22. Parceria entre redes públicas e ONGs para o desenvolvimento de ações educativas inclusivas através de apoio técnico pedagógico, material didático e recursos humanos;
23. Elaboração de material didático em Braille, livro falado, entre outros;
24. Publicação imediata do Edital para eleição da sociedade civil para compor o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência;
25. Nos concursos públicos voltados à seleção dos profissionais da educação que 10% das questões sejam referentes à pessoa com deficiência;
26. Realização de cursos de qualificação e habilitação profissional para intérpretes e instrutores de LIBRAS;
27. Criação, a nível municipal e Estadual, dos cargos de intérpretes e instrutores de LIBRAS;
28. Disponibilização de transporte escolar adaptado.

SAÚDE E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

DIFICULDADES:

1. Ausência de apoio público para viabilizar acesso a saúde; de profissionais qualificados (fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, ortopedistas, psicólogos, etc.); do cumprimento ao decreto 5.296/04, no tocante a prioridade ao atendimento das pessoas com deficiência; de médicos especialistas presentes nos hospitais e postos de saúde; de políticas públicas na área de saúde do trabalhador para o deficiente; de transporte público adequado; e de apoio para a reabilitação da pessoa com deficiência;
2. Deficiência no atendimento básico à saúde (postos de saúde);
3. Precariedade na execução do tratamento fora do domicílio;
4. Discriminação por parte de profissionais da saúde em relação a pessoa com deficiência;
5. Baixo número de medicamentos para pacientes com transtornos, na rede de saúde pública;
6. Serviços de saúde sem adaptação;
7. Burocracia como um dos impedimentos para a formação de parcerias;
8. Concessão de aparelhos (próteses, órteses, cadeiras de rodas...)

ESTRATÉGIAS

1. Regulamentação das leis dos direitos da pessoa com deficiência;

2. Implantação do Conselho Estadual e Municipais das Pessoas com Deficiência;
3. Os municípios devem oferecer atendimento à média complexidade, com equipe multidisciplinar (médico clínico, assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, psicopedagogo) para a pessoa com deficiência, garantindo transporte;
4. Criação e implementação de Centros de Atendimento Regionais de Alta Complexidade com uma equipe de profissionais (além dos profissionais do atendimento média complexidade, oftalmologia, otorrinolaringologia, neurologia, psiquiatria, entre outros) voltada à pessoa com deficiência;
5. Garantir o transporte de saúde adaptado para pessoa com deficiência para o atendimento de Alta Complexidade, com acompanhamento de profissional capacitado;
6. O Estado e o Município devem garantir o fornecimento de medicamentos e exames especializados para pessoa com deficiência;
7. Acompanhamento junto à família por meio de atendimento psicossocial;
8. Capacitações continuadas para os profissionais nas mais diversas áreas que trabalham com a pessoa com deficiência;

9. Incentivar campanhas de conscientização par ao respeito aos direitos das pessoas com deficiência;
10. Implantar ações culturais que favoreçam as pessoas com deficiência, promovendo o respeito aos direitos das pessoas com deficiência e o resgate da auto-estima;
11. Garantir equipamentos especializados a cada deficiência, implementando e ampliando os serviços de órteses e próteses;
12. Ampliar, capacitar os profissionais e incluir os profissionais de psicologia e serviço social no PSF;
13. Ampliar a cota para no mínimo quinze por cento de leitos especializados para o atendimento da pessoa com deficiência nos hospitais públicos do estado de Alagoas e conveniados SUS;
14. Criação de fundo nos Conselhos de Direitos para atender a demanda da pessoa com deficiência.

ACESSIBILIDADE

DIFICULDADES

- Ausência – de conhecimentos e/ou qualificação de órgãos responsáveis por obras públicas; de maior fiscalização de órgãos responsáveis (Conselho regional de Engenharia e Arquitetura – CREA); de fiscalização na concessão de linhas urbanas no interior; de adequação dos locais de ensino; divulgação dos dados quantitativos e qualitativos das pessoas com deficiência; do acesso às políticas públicas; de sinal sonoro; de acessibilidade aos logradouros públicos e ao meio urbano; de transportes públicos adaptados;

ESTRATÉGIAS

- Fiscalização dos órgãos competentes em relação à concessão e funcionamento de linhas urbanas em cumprimento ao Decreto N. 5.296/2004, buscando alternativas de transporte adequado a realidade de cada município que favoreçam o acesso universal;
- Adequação dos postos de trabalho ao decreto N. 5.296/2004 facilitando a contratação de Pessoas com Deficiência;
- Criação de um fórum de discussão, comissão, grupo, núcleos, associações, etc. voltados ao público em questão;
- Acionar ao Ministério Público para que os poderes públicos estaduais, municipais e federal cumpram o Decreto N. 5.296/2004;

- Articulação entre o Núcleo de Apoio à Pessoa com Deficiência, Secretaria Estadual da Mulher Cidadania e Direitos Humanos, Secretaria de Estado da Educação e do Esporte e Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social para a elaboração do Plano Estadual da Pessoa com Deficiência.

EDUCAÇÃO E TRABALHO

DIFICULDADES

10. Ausência: de profissionais capacitados, de recursos didáticos, de estrutura física adequada nas instituições de ensino;
11. Pessoas com deficiência sem qualificação profissional;
12. Ausência de transporte adaptado nos municípios do interior e insuficiência na capital;
13. Preconceito e isolamento da pessoa com deficiência ocasionadas pela falta de acesso às políticas públicas;

14. Concessão da carteira de transporte municipal e intermunicipal.

15. Falta de profissionais em LIBRAS e BRAILLE;

ESTRATÉGIAS

- Implantação de programas sócio-familiares, nas escolas para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários através de palestras, reuniões e serviços socioeducativos entre família e comunidade;
- Implantação de programa de formação continuada para professores de educação básica para atendimento escolar à pessoa com deficiência e altas habilidades;
- Criação nas escolas de tempo integral com extensão à cursos profissionalizantes;
- Realização de cursos de qualificação e habilitação profissional para intérpretes e instrutores de LIBRAS;

SAÚDE E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

DIFICULDADES:

- Ausência de apoio público para viabilizar acesso a saúde; de profissionais qualificados (fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, ortopedistas, psicólogos, etc.); do cumprimento ao decreto 5.296/04, no tocante a prioridade ao atendimento das pessoas com deficiência; de médicos especialistas presentes nos hospitais e postos de saúde; de políticas públicas na área de saúde do trabalhador para o deficiente; de transporte público adequado; e de apoio para a reabilitação da pessoa com deficiência;

- Deficiência no atendimento básico à saúde (postos de saúde);

- Precariedade na execução do tratamento fora do domicílio;

- Discriminação por parte de profissionais da saúde em relação a pessoa com deficiência;

- Baixo número de medicamentos para pacientes com transtornos, na rede de saúde pública;

- Serviços de saúde sem adaptação;

- Burocracia como um dos impedimentos para a formação de parcerias;

- Concessão de aparelhos (próteses, órteses, cadeiras de rodas...)

ESTRATÉGIAS

- Implantação do Conselho Estadual e Municipais das Pessoas com Deficiência;

- Os municípios devem oferecer atendimento à média complexidade, com equipe multidisciplinar (médico clínico, assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, psicopedagogo) para a pessoa com deficiência, garantindo transporte;

- Criação e implementação de Centros de Atendimento Regionais de Alta Complexidade com uma equipe de profissionais (além dos profissionais do atendimento média complexidade, oftalmologia, otorrinolaringologia, neurologia, psiquiatria, entre outros) voltada à pessoa com deficiência;

- Garantir equipamentos especializados a cada deficiência, implementando e ampliando os serviços de órteses e próteses;

- Ampliar, capacitar os profissionais e incluir os profissionais de psicologia e serviço social no PSF;

- Ampliar a cota para no mínimo quinze por cento de leitos especializados para o atendimento da pessoa com deficiência nos hospitais públicos do estado de Alagoas e conveniados SUS;

- Criação de fundo nos Conselhos de Direitos para atender a demanda da pessoa com deficiência.

Anexos:

Apresentação do Balé da Associação Pestalozzi de Maceió e interpretação para a
Língua Brasileira de Sinais

Plenária

Grupo Temático Saúde e Reabilitação Profissional

Equipe Núcleo de Apoio a Pessoa com Deficiência – SEADES/AL com o representante do CONADE, Srº Janilton Lima